



SNBU 2025

XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 3 – Gestão de Bibliotecas

Desfazimento de periódicos em biblioteca universitária: relato de experiência da BCo/UFSCar

Disposal of periodicals in a university library: experience report from BCo/UFSCar

Renata Carla de Medeiros Esteves - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) -
renataesteves@ufscar.br

Jandira Ferreira de Jesus Rossi - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) -
fjandira@ufscar.br

Resumo: O trabalho apresenta a experiência da BCo/UFSCar no desfazimento de periódicos impressos, visando requalificar o espaço e modernizar a gestão do acervo. A metodologia incluiu a criação de comissão interna, análise de marcos legais e enfrentamento de barreiras institucionais. Fundamenta-se na gestão de coleções e práticas de avaliação contínua. Como resultado, obteve-se maior eficiência na utilização do espaço e amadurecimento técnico. Conclui-se que políticas permanentes de descarte, baseadas em critérios claros, são essenciais para a atualização dos acervos e fortalecimento da relação entre biblioteca, usuários e comunidade universitária.

Palavras-chave: Bibliotecas universitárias. Desenvolvimento de coleções. Desfazimento. Espaço físico. Jornais.

Abstract: This paper presents the experience of BCo/UFSCar in disposing of printed periodicals, aiming to requalify the space and modernize the management of the collection. The methodology included the creation of an internal committee, analysis of legal frameworks and addressing institutional barriers. It is based on collection management and continuous evaluation practices. As a result, greater efficiency in the use of space and technical maturity were achieved. It is concluded that permanent disposal policies, based on clear criteria, are essential for updating collections and strengthening the relationship between the library, users and the university community.





Keywords: University libraries. Collection development. Disposal. Physical space. Newspapers.

1 INTRODUÇÃO

O volume de coleções diante da limitação de espaço físico nas bibliotecas impõe desafios significativos à manutenção e à funcionalidade dos acervos. Nesse sentido, Silva, Castro Filho e Quirino (2012) destacam que as bibliotecas não devem ser tratadas como depósitos de materiais inativos, sem conservação ou uso, mas sim como espaços dinâmicos voltados ao acesso qualificado à informação.

Esse cenário torna ainda mais complexa a gestão de coleções compostas por materiais de naturezas diversas, como livros, periódicos, mapas e obras de referência, cuja organização exige avaliação constante e planejamento. A diversidade e o volume desses materiais demandam ações criteriosas que considerem tanto o valor informacional quanto as condições de preservação e a relevância para os usuários.

Entre esses materiais, os periódicos impressos representam um desafio particular para a gestão do acervo, especialmente devido ao grande volume que ocupam fisicamente, seja no caso de jornais de circulação diária, seja no de periódicos científicos. Embora, atualmente, a maioria dessas publicações esteja disponível em formato digital, as decisões relativas aos acervos impressos permanecem complexas. Isso se deve ao seu valor como fonte de referência, ao papel que desempenham na preservação da memória institucional e para áreas do conhecimento, além da existência de títulos ainda não digitalizados ou com acesso digital restrito (Miranda, 2007).

Diante dessas exigências, o desenvolvimento de coleções em bibliotecas envolve mais do que a simples aquisição de novos materiais. Ele demanda ações contínuas de avaliação, reorganização e, eventualmente, a retirada de itens que já não atendem aos critérios de relevância, conservação ou demanda de uso.

Entre essas ações, destaca-se o desbaste, prática que consiste na seleção criteriosa de materiais que devem ser temporárias ou definitivamente retirados do acervo. Essa atividade é reconhecida como essencial para a renovação e manutenção da qualidade da coleção, uma vez que permite liberar espaço físico para a incorporação de novos documentos e assegurar que o acervo reflita as demandas informacionais atuais da comunidade usuária. A literatura especializada aponta que o desbaste tem papel



estratégico na gestão de coleções, contribuindo para que o acervo permaneça útil, atualizado e coerente com os objetivos da instituição (Medeiros; Carvalho, 2019).

Além disso, o desbaste está diretamente relacionado à racionalização do uso dos espaços e à melhoria dos serviços oferecidos pelas bibliotecas. Sua adoção permite um planejamento mais eficiente da coleção, considerando critérios objetivos para a retirada de materiais, o que favorece a organização das estantes e a acessibilidade aos itens mais relevantes ou frequentemente utilizados pelos usuários (Dias; Silva; Cervantes, 2013).

Adotar uma concepção dinâmica de desenvolvimento de coleções permite que a biblioteca acompanhe mudanças nos perfis e interesses dos usuários. O desbaste pode tornar o acervo mais atrativo, ao remover obras desatualizadas, deterioradas ou com baixa circulação. Isso facilita a identificação e o acesso a materiais mais recentes, populares ou de maior interesse, melhorando a experiência de navegação do usuário e otimizando o uso do espaço disponível. Assim, o desbaste não apenas se configura como uma ação técnica, mas como uma estratégia que amplia a funcionalidade e a relevância do acervo (Weitzel, 2002).

Importante destacar que o desbaste não implica, necessariamente, em descarte imediato. Ele pode resultar em diferentes encaminhamentos, como a transferência de itens para depósitos, reserva técnica, processos de restauração ou, em última instância, o próprio descarte. Este último consiste na retirada formal dos materiais do patrimônio da instituição, um procedimento que segue regulamentações legais e exige documentação e justificativas adequadas para sua efetivação (Cunha; Cavalcanti, 2008).

Nesse contexto, é fundamental diferenciar os conceitos de descarte e desfazimento de materiais bibliográficos. Embora relacionados, eles possuem escopos e níveis de formalidade distintos. O desfazimento é um processo técnico, formal e documentado, que envolve uma avaliação criteriosa dos itens com base em aspectos como relevância, estado físico, duplicidade e atualidade. Esse procedimento pode resultar em doação, transferência, reutilização ou eliminação dos materiais e exige pareceres de comissões e registros administrativos, com o objetivo de manter o acervo atualizado, otimizar o uso do espaço e qualificar os serviços da biblioteca (Weitzel, 2018).

O descarte, por sua vez, é uma etapa possível dentro do processo mais amplo de desfazimento. Trata-se da eliminação definitiva dos materiais considerados inservíveis,



que, após avaliação, são retirados do acervo e inutilizados ou encaminhados para reciclagem. Assim, enquanto o desfazimento representa uma estratégia abrangente de gestão, pautada em critérios técnicos e administrativos, o descarte corresponde à ação pontual de eliminação física dos itens que perderam valor informacional ou utilidade. Em instituições acadêmicas e públicas, a adoção do termo desfazimento é mais apropriada, pois expressa o caráter planejado, criterioso e responsável desse tipo de intervenção no acervo (Weitzel, 2018).

Embora o termo desfazimento possa, à primeira vista, parecer contraditório à ideia de desenvolvimento de coleções, trata-se de uma prática estratégica essencial. Ao permitir a liberação de áreas ocupadas por materiais obsoletos ou inativos, esse processo possibilita a inserção de novas obras, assegura a atualidade das coleções e favorece o uso racional do espaço físico. Dessa forma, o desfazimento contribui diretamente para a renovação, relevância e funcionalidade dos acervos, reforçando o papel da biblioteca como um ambiente dinâmico e em constante adaptação às necessidades informacionais da comunidade que atende.

Para que tais processos sejam eficazes, a adoção de critérios claros para seleção e descarte é fundamental, garantindo que os acervos se mantenham atualizados, confiáveis e alinhados às reais necessidades informacionais da comunidade acadêmica. Nesse sentido, políticas bem definidas de desenvolvimento de coleções tornam-se indispensáveis, sobretudo em instituições públicas, onde os recursos físicos e financeiros são limitados e as demandas por acesso qualificado à informação são crescentes.

É nesse contexto que se insere a experiência da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos (BCo/UFSCar) que, a partir de 2017, implantou um projeto de desfazimento do acervo de periódicos inativos com o objetivo de requalificar áreas subutilizadas. As ações necessárias para a execução desse desfazimento e seus resultados serão detalhadas nas seções seguintes deste trabalho.



2 METODOLOGIA

A metodologia adotada no processo de desfazimento envolveu uma abordagem prática e colaborativa, combinando análise documental, organização do acervo, articulação institucional e estudo da legislação vigente sobre gestão de bens públicos.

O processo teve início com a identificação da necessidade de requalificação de uma área da BCo/UFSCar ocupada por periódicos inativos, muitos deles sem condições de uso e sem demanda de consulta. A primeira etapa consistiu na geração de relatórios pelo sistema Pergamum e na organização das informações em planilhas do *Microsoft Excel*, com dados bibliográficos dos exemplares. Esta tarefa foi coordenada por uma bibliotecária do Departamento de Processamento Técnico e executada por membros da equipe da BCo/UFSCar.

Em seguida, foi formada uma comissão interna por meio de portarias, composta por cinco servidores da própria biblioteca. A comissão foi responsável tanto pela avaliação técnica do acervo quanto pela elaboração do relatório oficial. A análise dos materiais considerou aspectos físicos, como o grau de deterioração dos exemplares, a disponibilidade dos conteúdos em formato digital, além da ausência de uso comprovada por estatísticas de circulação.

A classificação do acervo como inservível foi embasada nos critérios estabelecidos pelo Decreto nº 9.373/2018 (Brasil, 2018), que define bens ociosos, antieconômicos, recuperáveis ou irrecuperáveis no contexto da administração pública federal. A comissão realizou inspeções visuais e, a partir delas, produziu registros textuais descritivos para justificar tecnicamente a classificação dos materiais.

Para assegurar a conformidade com as normas legais e institucionais, o trabalho contou com consultas ao Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e com o apoio do Departamento de Patrimônio da universidade, responsável por orientar os trâmites administrativos referentes à baixa e destinação final dos bens públicos.

O período de atuação da comissão se deu de 2017 até 2019, e resultou na produção de um relatório técnico detalhado, que subsidiou as ações de desfazimento do material inservível, conforme será descrito na próxima seção deste trabalho.



3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O processo de desfazimento dos periódicos inativos da BCo/UFSCar envolveu duas etapas complementares: a primeira consistiu na análise técnica e documental realizada por uma comissão designada pela administração central da universidade; a segunda, na execução prática das ações de retirada e reorganização do espaço físico da biblioteca. A seguir, apresentam-se os principais resultados obtidos.

3.1 Parecer da Comissão Especial

Após a análise documental e física dos periódicos selecionados para o desfazimento, a Comissão Especial designada pela Portaria GR nº 438/2017 (Universidade Federal de São Carlos, 2017) e elaborou um parecer técnico conforme os dispositivos do Decreto nº 9.373/2018 (Brasil, 2018), que regulamenta os procedimentos para a destinação e alienação de bens móveis no âmbito da administração pública federal.

A comissão classificou os materiais com base nas categorias previstas no artigo 3º do referido decreto, considerando critérios como condição física, relevância atual, disponibilidade em formatos digitais e viabilidade de reaproveitamento. Entre os itens analisados estavam coleções do Diário Oficial da União (D.O.U.) em versões impressas encadernadas, não encadernadas e em CD-ROM, além do Diário Oficial da Justiça (D.O.J.).

A coleção impressa do Diário Oficial da União (D.O.U.), iniciada ainda em 1969, apresentava desgaste severo. Muitos exemplares estavam com páginas rasgadas, quebradiças ou fortemente deterioradas em razão da ação do tempo, estando, portanto, inapropriados para o manuseio. Os exemplares em CD-ROM, por sua vez, encontram-se obsoletos e já não possuem compatibilidade com os equipamentos atuais da biblioteca.

A avaliação técnica considerou os exemplares não encadernados do Diário Oficial da União (D.O.U.) e do Diário Oficial da Justiça (D.O.J.) como irrecuperáveis, em razão do avançado estado de deterioração e da ausência de uso corrente. De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 9.373/2018 (Brasil, 2018), são considerados irrecuperáveis os bens móveis que não podem mais ser utilizados para sua finalidade original, seja pela perda de suas características, seja pelo fato de que o custo de recuperação ultrapassa



50% de seu valor de mercado, ou ainda quando a análise de custo e benefício demonstra ser injustificável sua recuperação.

Outros itens, como os exemplares encadernados do Diário Oficial da União (D.O.U.) e os CD-ROMs, foram classificados como ociosos e antieconômicos. Conforme o mesmo decreto, bens ociosos são aqueles em perfeitas condições de uso, mas sem aproveitamento atual, enquanto bens antieconômicos são aqueles cuja manutenção é onerosa ou cujo rendimento é precário, em razão de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência (Brasil, 2018).

A Comissão constatou, ainda, que o material não era utilizado conforme levantamento estatístico, e que seu conteúdo está integralmente disponível em formato digital. Essas condições evidenciam a inviabilidade da permanência desses periódicos na coleção ativa da biblioteca, tanto por limitações físicas e tecnológicas quanto pela ausência de demanda informacional.

Para fins de registro e transparência, elaborou-se um formulário descritivo do lote avaliado, classificado como material bibliográfico e multimeios, compreendendo jornais impressos e em CD-ROM. A precificação simbólica da coleção foi fixada em R\$ 0,01 por item, como estratégia para viabilizar a baixa patrimonial, diante da dificuldade de mensuração do valor real de obras adquiridas há mais de quatro décadas, em um contexto marcado por sucessivas mudanças econômicas no país. O lote incluiu os títulos Diário Oficial da União (D.O.U) (encadernado, não encadernado e em CD-ROM) e Diário Oficial da Justiça (D.O.J.) (não encadernado), totalizando 1.206 exemplares, com valor simbólico total de R\$ 12,06.

Além do diagnóstico técnico, a Comissão indicou caminhos para a destinação final dos materiais. Recomendou-se a divulgação pública da lista dos periódicos disponíveis para doação, com prioridade a instituições públicas e entidades filantrópicas, conforme os critérios legais. Caso não houvesse interessados dentro do prazo estabelecido, sugeriu-se o encaminhamento do material ao setor da universidade responsável pela gestão de resíduos, garantindo uma destinação ambientalmente adequada.

A análise criteriosa e fundamentada foi essencial para embasar a solicitação de aprovação, pelo Conselho Universitário (ConsUni) da UFSCar, do desfazimento dos periódicos identificados como inservíveis, conforme exigência institucional.



3.2 Ações realizadas na biblioteca

O relatório elaborado pela Comissão Especial, referido no tópico anterior, serviu como base fundamental para as ações realizadas na BCo/UFSCar. Após a aprovação do parecer, através da Resolução ConsUni Nº 6, de 10 de setembro de 2019 (Universidade Federal de São Carlos, 2019) foi iniciado o processo formal de desfazimento dos periódicos identificados como inservíveis.

O procedimento seguiu rigorosamente as recomendações e critérios estabelecidos pela Comissão, priorizando a transparência e o uso dos canais oficiais de comunicação da universidade para informar a comunidade acadêmica sobre a disponibilidade dos materiais para doação. Apesar da divulgação, não houve manifestação de interesse por parte de instituições públicas ou entidades filantrópicas para receber os periódicos, situação que levou à adoção das etapas subsequentes do processo. A biblioteca, então, organizou internamente as atividades necessárias para a remoção e destinação do acervo, sob coordenação da bibliotecária do Departamento de Processamento Técnico. Essa fase envolveu a triagem, amarração e preparação dos volumes para transporte, considerando as exigências para a transferência ou descarte ambientalmente adequado do material.

Seguindo as orientações da Comissão, diante da ausência de interessados, foi realizada a destinação final dos periódicos por meio do Departamento de Gestão de Resíduos (DeGR) da UFSCar, setor responsável por encaminhar a incineração do material.

A conclusão desta etapa resultou na liberação de um espaço significativo no Piso 5 da biblioteca, estimado em aproximadamente 50 m². Essa área, anteriormente ocupada pelas coleções de Jornais do Diário Oficial da União (D.O.U.) e do Diário Oficial da Justiça (D.O.J.) inativos e compartimentada por divisórias, foi reintegrada ao ambiente geral da biblioteca, possibilitando seu reaproveitamento de forma mais eficiente.

Com a retirada dos volumes, tornou-se viável reorganizar o espaço e ampliar a área destinada ao acervo circulante. A reconfiguração contribuiu para a modernização das instalações, tornando o ambiente mais funcional, acessível e adequado às atuais demandas da comunidade acadêmica.



A análise criteriosa e fundamentada foi essencial para embasar a solicitação de aprovação, pelo Conselho Universitário (ConsUni) da UFSCar, do desfazimento dos periódicos identificados como inservíveis, conforme exigência institucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da BCo/UFSCar demonstra que, mesmo diante de limitações normativas no ambiente institucional, é viável implementar ações de desfazimento que estejam em conformidade com as boas práticas de gestão documental e que atendam aos interesses coletivos. A consideração cuidadosa do espaço físico, o rigor técnico aplicado na avaliação dos materiais e o comprometimento dos profissionais da informação foram elementos essenciais para o sucesso da iniciativa.

Em um panorama mais amplo, observou-se um descompasso entre a inflexibilidade da burocracia pública e a necessidade urgente de atualizar e dinamizar os acervos das bibliotecas acadêmicas. Soma-se a isso a ausência de autonomia plena para a tomada de decisões sobre o destino do acervo, o que fragmenta o processo em múltiplas instâncias decisórias, algumas com poder de veto, tornando complexa a condução eficiente de projetos dessa natureza.

A integração da iniciativa ao projeto de modernização da biblioteca representou um avanço significativo, sobretudo por estabelecer uma comissão formal embasada em fundamentos legais claros e na sistematização das informações técnicas dos lotes avaliados. Além disso, o processo permitiu a otimização do espaço físico, ao possibilitar a conversão de áreas antes destinadas a acervos obsoletos em ambientes dedicados ao acervo circulante.

Contudo, o procedimento também revelou desafios expressivos, como a inexistência de uma metodologia definida ou diretrizes institucionais específicas para o desfazimento, a dificuldade em atribuir valor financeiro a materiais antigos e a complexidade dos trâmites para baixa patrimonial no âmbito do serviço público federal. Esses fatores demandaram um esforço extra das equipes, tanto no planejamento quanto na execução das atividades.

Nesse sentido, garantir o desenvolvimento adequado das coleções bibliográficas requer a realização periódica de avaliações voltadas ao desfazimento, mesmo que essa



prática ainda encontre resistência por parte dos profissionais da área. As justificativas mais recorrentes para o adiamento ou a não realização da avaliação de coleções incluem a falta de tempo, o adiamento constante da tarefa, o receio de cometer equívocos e a dificuldade emocional em eliminar materiais da coleção (Figueiredo, 1993).

Durante o desbaste, identificou-se também a escassez de literatura especializada sobre o tema, o que gerou dúvidas ao longo da execução. No caso da BCo/UFSCar, o aprendizado ocorreu por meio da prática, com avanços e erros que contribuíram para o aprimoramento contínuo da atividade.

Apesar dessas barreiras, ações de desfazimento são inevitáveis e fundamentais, não apenas para liberar espaço físico, mas, sobretudo, para assegurar a atualização dos acervos e a melhoria contínua dos serviços prestados.

Vale destacar que a retirada de itens das coleções pode ser vista negativamente pela comunidade usuária. Contudo, quando realizada de maneira sistemática e responsável, essa ação se mostra essencial para manter a relevância e a qualidade das informações disponíveis, alinhadas às demandas informacionais dos usuários. No caso da BCo/UFSCar, após o descarte do primeiro lote de materiais, foi possível realizar uma análise crítica e identificar pontos que se tornaram foco das etapas seguintes na avaliação do acervo da biblioteca.

Dessa forma, evidencia-se a importância de um processo estruturado, que ofereça respaldo técnico aos profissionais e assegure transparência para a comunidade acadêmica e a sociedade.

Como continuidade do projeto de desfazimento, estão previstas intervenções nas coleções impressas de periódicos científicos no Piso 4 da BCo/UFSCar, que ocupam atualmente cerca de 600 m². Esse espaço possui grande potencial para ser reinventado e aproveitado de forma multifuncional, podendo se transformar em ambiente cultural, espaço para exposições, área de acolhimento, sala de estudos ou até mesmo para a ampliação e reorganização do acervo circulante. A definição do uso futuro caberá à gestão da unidade, considerando as demandas da biblioteca e as necessidades da comunidade acadêmica atendida.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018. Dispõe sobre a alienação de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 90, p. 2, 14 maio. 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DIAS, Geneviane Duarte; SILVA, Terezinha Elizabeth da; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Políticas de informação nas bibliotecas universitárias: um enfoque no desenvolvimento de coleções. **RDBCi**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 11, n. 1, p. 39-54, jan. 2013. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/572>. Acesso em: 15 maio. 2025.

FIGUEIREDO, Nice Menezes. **Desenvolvimento & avaliação de coleções**. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993.

MEDEIROS, Joyanne de Souza; CARVALHO, Andrea Vasconcelos. O processo de desbaste à luz da gestão da informação: o caso de uma biblioteca universitária. **RISC: Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, RN, v. 3, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/15925>. Acesso em: 13 de jun. 2025.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **RDBCi**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 4, n. 2, p. 1-19, jan. 2007 Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/367>. Acesso em: 15 maio. 2025.

SILVA, Márcia Regina da; CASTRO FILHO, Claudio Marcondes; QUIRINO, Paula Oliveira. Desbaste e descarte em bibliotecas universitárias: mapeamento da produção científica. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 6, n. 2, p. 49-64, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2012.v6n2.04.p46>. Acesso em: 27 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Portaria GR nº 438/2017**. Designa Comissão para desfazimento de acervo bibliográfico da Biblioteca Comunitária. São Carlos, SP: UFSCar, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Resolução ConsUni Nº 6, de 10 de setembro de 2019**. São Carlos, SP: UFSCar, 2019.

WEITZEL, Simone da Rocha. O desenvolvimento de coleções e a organização do conhecimento: suas origens e desafios. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 61-67, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23411>. Acesso em: 27 jun. 2025.



WEITZEL, Simone da Rocha. **Formação e Desenvolvimento de Coleções**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em:
https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/10172321102021Formacao-e-Desenvolvimento-de-Colecoes-LIVRO - Aula_01.pdf. Acesso em: 27 jun. 2025.